

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA DUALIDADE HISTÓRICA

Angilene Santos Nascimento¹
Célia Aparecida Santos de Araújo²
Simone Silveira Amorim³

GT 8 – Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas)

RESUMO

O texto tem como objetivo discorrer sobre a dualidade histórica no que tange a educação brasileira, especificamente da educação profissional e tecnológica que restringe o currículo aos conhecimentos de cunho técnico em detrimento com o conhecimento geral, este reservado aos que se preparam para as universidades. Enfoca também o conceito de omnilateralidade, conceito abordado por Marx e que destaca a importância do mesmo na formação de um sujeito completo. Destaca essa separação de classes desencadeada pelo capitalismo e a necessidade de uma formação que suprisse as necessidades econômicas emergentes. Concluindo sobre a necessidade de reformulação dos currículos sob uma perspectiva omnilateral na formação profissional tecnológica. Respalando-se em teóricos como: Saviani (2007), Elias (1994), Ramos (2009), Froebel (2001). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

Palavras-chave: Educação Profissional. Educação Tecnológica. Currículo Pedagógico.

ABSTRACT

The text aims to discuss the historical duality of Brazilian education, specifically vocational and technological education that restricts the curriculum to technical knowledge rather than general knowledge, which is reserved for those preparing for universities. It also focuses on the concept of omnilaterality, a concept approached by Marx and that emphasizes the importance of the same in the formation of a complete subject. It highlights this class separation unleashed by capitalism and the need for training that would meet emerging economic needs. Concluding on the need to reformulate curricula from an omnilateral perspective in technological vocational training. Supporting theorists such as: Saviani (2007), Elias (1994), Ramos (2009), Froebel (2001). This is a qualitative and bibliographical research.

Keywords: Professional education. Technological Education. Pedagogical curriculum.

¹ Coordenadora da Biblioteca de Pós-graduação do Instituto Federal de Sergipe. Pós-graduada em Gestão de pessoas. Bibliotecária documentalista participante do Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas e integra os grupos de pesquisa História das Práticas Educacionais (GEHPE). E-mail: <angilene.santos@ifs.edu.br>.

² Coordenadora da Biblioteca Central do Instituto Federal de Sergipe. Coordenadora de Treinamentos das bases de dados do Instituto Federal de Sergipe. Pós-graduação em Metodologia Científica. E-mail: <célia.araujo@ifs.edu.br>.

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes/UNIT. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012) e Mestre em Educação (2006) pela mesma instituição. Lidera o Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas e integra os grupos de pesquisa História das Práticas Educacionais (GEHPE) e o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Cultura da UFS (NECUFS). E-mail: <amorim_simone@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica tem levantado uma questão importante nos últimos anos sobre a construção do currículo pedagógico e consequentemente na formação desses alunos. Analisar a dualidade histórica que separa a educação dos filhos de trabalhadores da educação das elites tem sido uma preocupação constante, e isso só será possível por meio de uma educação⁴ omnilateral.

O ser humano é um ser complexo, traçar um perfil de educação que não considere essas questões é pensar na mesma proporção da reprodução de máquinas que farão seu papel automático sem uma interação pessoal, pois “[...] deve, também, a educação conduzir o homem a uma clara visão de si mesmo, da natureza, da sua união com Deus” (FRÖBEL, 2001). Não se pode minimizar essa realidade.

Pensar a educação como uma tarefa estática é incongruente diante das tantas possibilidades que permeiam a realidade de um indivíduo, não se pode colocar uma parede e querer os homens se moldem por completo a elas. Um currículo pedagógico precisa levar em consideração essa formação mais completa, assim como os diferentes contextos em que ele será inserido, em um ciclo constante de mudanças.

Toda sociedade exige regras e normas e, teoricamente, essas são aplicáveis a todos, mas sabemos que na prática não é assim que funciona, alguns são mais privilegiados que outros desde o início da nossa história, e com a educação não é diferente. Repensar essas questões é naturalmente considerar que todos tem a capacidade de se desenvolver e desenvolver o contexto que o cerca.

Muitas têm sido as discussões sobre a importância de repensar o cenário educacional no Brasil, analisado a dualidade histórica que coloca de um lado o ensino voltado para a elite e do outro a educação assistencialista para os trabalhadores e operários, mas se faz necessárias ações que caminhem numa direção oposta.

Tais discussões entre os teóricos da educação versam sobre a importância de se formar o cidadão com sua potencialidade e não apenas com informações diretas e inerentes a sua área de atuação, levando-se em consideração os contextos nos quais são inseridos como mencionado. A educação não consiste apenas em preparar o profissional no sentido técnico,

⁴ O modelo unilateral de educação, segundo o pensamento marxista, devolve ao homem a possibilidade de revolucionar sua postura e o seu pensamento diante do sistema capitalista, podendo, desse modo, modificar o quadro de desigualdades inerentes à sociedade capitalista. Se a educação não realiza a revolução, é impossível pensar a revolução sem ela.

mas amplo na sua totalidade.

EDUCAÇÃO IMEDIATISTA

O ensino profissional surge como uma necessidade de empresas e do governo de ter um melhor planejamento dos processos formativos, de modo que passa-se a ter a racionalização desses processos, ou seja, ações de formalização das competências e controle de autoformação e autoavaliação dos indivíduos. Essas práticas de avaliação medem com alto rigor as competências de trabalhadores e alunos:

O reconhecimento e a avaliação das competências, fundamentados em processos de negociação individualizada, contribuem para moldar uma certa concepção de sujeito e de autonomia, voltada para o desenvolvimento da capacidade adaptativa e para enfraquecer a solidariedade informada pelos interesses coletivos como consequência do aumento da competição entre os indivíduos. (MACHADO, 1998b, p. 84).

Destarte, percebe-se o reflexo de uma pedagogia engessada e delimitadora, poda a ‘capacidade adaptativa’, uma educação que não entenda que os conhecimentos teóricos fundamentam a prática, tira a capacidade criativa e espontânea do indivíduo, que se vê construída nos moldes pra eles projetados, não de acordo com suas reais necessidades de formação, mas com a realidade das indústrias, do capitalismo.

Não se pode conceber uma formação para uma demanda de mercado específica para suprir determinada necessidade momentânea, demanda essa que quando estagnada põe o indivíduo novamente em uma situação ‘sem rumo’ precisando recomeçar, atender a nova demanda e assim sucessivamente, em um ciclo vicioso, precisando demandar tempo para nova formação e sucessivamente sucumbindo a uma necessidade externa e não sua.

Não se pode conceber uma formação para uma demanda de mercado específica para suprir determinada necessidade momentânea, demanda essa que quando estagnada põe o indivíduo novamente em sua situação de ‘sem rumo’ precisando recomeçar, atender a nova demanda e assim sucessivamente. Se pensarmos que a maioria da população precisa de uma formação rápida para prover seu sustento, esse parece ser um cenário conveniente, mas não eficiente.

De modo que o cenário se torna propício para ‘acomodar’ os menos favorecidos dentro da realidade da maioria dos trabalhadores e de seus filhos, se prover o sustento é a

prioridade e concomitantes a isto aparecem oportunidades ‘rápidas’ e promissoras no que tange a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, nada mais natural que culmine com um desfecho desfavorável quando o assunto é uma educação completa.

Pensar na educação e associá-la ao trabalho dessa forma simplista é desqualificar a própria conotação da educação, que é permeada de movimento, de interação, de constante aprendizado associado com o seu contexto e as relações que estabelece por meio do conhecimento que adquire e assimila com os adquiridos anteriormente.

O trabalho é uma necessidade especialmente das classes menos favorecidas e essas propostas de formação ratifica ainda mais as diferenças, “uma pesquisa feita na França com estudantes do ensino médio mostrou que eles [os alunos] usam o que foi aprendido na escola para pensar e construir novos saberes. Eles conseguem fazer essa transposição.” (MARANGON, 2006, p. 1). Essa é a proposta da boa educação, aquela que leva o indivíduo a ressignificar o que aprende no seu cotidiano e não apenas reproduzir.

DUALIDADE NO SISTEMA EDUCACIONAL

Do outro lado a classe menos favorecida com uma formação estática e direcionada estritamente para a necessidade do mercado atual, gerando instantaneamente nessa classe uma instabilidade quanto ao futuro, já que o mercado está em constante mudança, assim como a incapacidade da grande maioria de continuar já que sua formação se limitava ao contexto em que se encontram.

Partindo deste pressuposto temos de um lado uma classe apta para novos rumos e desafios e outra classe que continuará, caso não exista mudança nos currículos, sendo refém da própria sociedade que serve. Portanto, separar a educação profissional da educação geral é menosprezar a capacidade de alguns e exaltar a de outras, vemos um sistema educacional que separa ao contrário de agregar: “[a] formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional” (CIAVATTA, 2005, p. 2).

Quando uma formação é pensada, estritamente, no âmbito econômico e não considera o sujeito como parte principal desse processo em que ele mesmo é autor e protagonista, ele fica com sua capacidade reduzida ao momento circunstancial em que houve

a formação sem possibilidade de interagir em momentos de imprevistos. Ir a escola deve subentender um movimento dinâmico de quem quer descobrir o mundo.

Como bem coloca Saviani (2007, p.154), o trabalho é justamente conhecido pela capacidade de agir e transformar a natureza em prol das necessidades do homem não apenas um gesto mecanicista desprovido de intervenção do homem, um ato impensado e impensado pela demanda capitalista. A dualidade educacional que impera no Brasil e que divide a educação em intelectual e manual:

Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940 quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção. (CIAVATTA, 2005, p. 4).

Tais leis foram fomentadas pela ‘necessidade econômica’ para tais setores que necessitavam de ‘mão-de-obra qualificada’, pois todos tem o direito ao conhecimento produzido pela própria humanidade, de modo que não há justificativa para se construir uma ‘educação’ formatada de tal modo que impeça que alguns construam também seus próprios conhecimentos e se apropriem do conhecimento de outros, formando seus próprios conceitos e consequentemente interação com seu meio:

[...] a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo. Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. (RAMOS, 2009, p. 145).

A separação da educação é uma questão histórica, de um lado a educação e do outro a produção, um visando à educação na sua totalidade, respeitando-se as individualidades e proporcionando uma estrutura de conhecimento que permita a formação do sujeito e seu desenvolvimento na sua plenitude, ajudando a construir um ser mais apto a lidar com as transformações, inerentes a vida humana, em vários aspectos, pois:

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas

desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos 'sociedade'. (ELIAS, 1994, p. 23).

Se pensarmos que o homem é um ser em constante transformação, como ressaltado anteriormente, tem seus conhecimentos sempre assimilados por conhecimentos anteriores, não seria injusto dizer que essa separação é cruel e totalmente desfavorável a classe operaria e seus filhos. De modo que, “[...] essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual” (SAVIANI, 2007).

Destarte, é importante refletir como essa segregação torna ainda mais larga e profunda as diferenças sociais, pois estamos falando de processos que estão atrelados, como de uma forma que tende a favorecer apenas uma classe de geração em geração, salvos os que conseguem, de uma forma ou de outra, se libertar dessas correntes do capitalismo e galgar suas perspectivas de vida.

A educação é um processo cíclico e não estático com sujeitos e não meros expectadores sem anseios e projeções sobre sua própria realidade. A sociedade somos todos nós e todos têm o direito ao conhecimento. Usar de subterfúgios em prol de uma realidade puramente externa sem considerar o homem como sujeito com necessidades e potencialidades inerente a todo ser humano, é ratificar as desigualdades que tem se alastrado historicamente no Brasil. Assim, “[...] a educação em geral e a educação profissional, em particular, constituem campos de disputa em que predominam abordagens de dois tipos: aquelas que buscam a conformação dos homens à realidade dada e outras que buscam a transformação social”. (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p.51).

Permitir que o ensino profissional seja cerceado dessa forma, é configurar uma separação de classes evidente em pleno século XXI, sem grandes alterações nas primeiras manifestações de currículos que moldasses corretamente essa junção de trabalho e escola. É um nítido subterfugio atrair os jovens com proposta de emprego por meio de uma educação que foque estritamente conteúdos de formação técnica em detrimento com a formação geral que não só complementa, mas completa essa formação.

CONCLUSÕES FINAIS

Desconsiderar a importância de formar o jovem para o mercado não é um dos intuitos deste artigo, tampouco excluir a necessidade de se investir na educação que leve ao

jovem a interagir de forma mais dinâmica com o mercado de trabalho, mas ponderar aspectos negativos dessa junção entre trabalho e escola quando não observados pontos relevantes e indispensáveis de modo que “[...] significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (GRAMSCI, 1981, p. 144).

Porque a preparação para o trabalho produtivo invalida o conhecimento intelectual? Se a teoria alicerça não só prática, mas a capacidade de interagir com o meio, nas relações interpessoais, na criatividade que todo trabalho laboral exige, nas reflexões e tomadas de decisões, na possibilidade de agir e modificar o seu ambiente como um ser pensante e dotado de capacidade tal qual qualquer dirigente.

Não existe uma resposta justa a essa resposta, a não ser as próprias discriminações históricas que vem permeando a educação. Não é nítido que estamos diante de um sistema segregador, que coloca de um lado a classe operária, filhos dos trabalhadores e do outro os dirigentes, filhos das elites? Na primeira uma formação incompleta, desestruturada e focada no capitalismo, no segundo uma formação completa e preparatória para a universidade.

Repensar o currículo, formação de professores e acima de tudo respeitar os contextos de cada região, de cada escola, pois os currículos não precisam ser estáticos porque a educação não é. Pensar na integração do conhecimento geral ao profissional não tira, porém a necessidade de se respeitar as diferenças de cada Instituto. de modo que “Quando se pondera que a educação tem sido condicionada a fatores mais externos que internos, ou seja, aos que muitas vezes não vão de encontro com as verdadeiras aspirações do indivíduo” (NASCIMENTO, AMORIM, 2016) se percebe o quão complexa é a situação.

“A relação com o saber é a relação com o mundo, com o outro e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender. [...] é o conjunto (organizado) das relações que um sujeito mantém com tudo quanto estiver relacionado com 'o aprender' e o saber (CHARLOT, 2000, p. 80).

Essa segregação dos que podem ter o ensino propedêutico⁵ e de outros apenas a preparação para a emergência do mercado é injusta e limitadora. Ter o trabalho como princípio educativo não tira a responsabilidade da educação sobre o sujeito, não se pode criar

⁵ [...] a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção.” (CIAVATTA, 2005).

um novo modelo de educação porque isso em si é deseducar, a partir do momento que se toma o tempo do aluno, que lhe é ensinado naquele tempo algo específico demandado por uma necessidade econômica sem oferecer a estes os alicerces oriundos de uma boa formação.

Portanto, trabalho, cultura e ciência devem estar interligados em qualquer currículo escolar que preze pela formação omnilateral, que enxergue o ser humano como sujeito, em aspecto conjuntural. Concluindo que o homem tem a capacidade de transformar, ressignificar, atuar como protagonista da sua própria história. Ou teremos sempre o mesmo enredo, os que só servem e os que só usufruem.

Não se pode adaptar o processo educativo mediante as necessidades externas apenas, as básicas da educação precisam ser respeitadas e é direito de todos terem uma educação que os qualifique para a realidade e não para o momento econômico. Propiciar isto é se aproximar ainda mais de um dos princípios da educação que é possibilitar conhecimento para todos, ‘arma’ essa que deve ser dada a todos a fim de concorrer de forma mais justa numa sociedade cada vez mais exigente.

A educação deve ajudar o homem a se posicionar e conseguir fazê-lo da melhor maneira possível. Se o mundo está chamando o sujeito a cada vez mais interagir, como ficarão esses jovens diante de tal formação que exclui o conhecimento geral em prol do conhecimento estritamente técnico? Porque “quando as concepções de mundo se tornam claras e unitárias, inicia-se o movimento de elevação do subalterno a dirigente, o que o torna responsável pela história, como seu artífice. (DORE, 2014, p. 297).

Não se pode falar esperar um futuro diferente com ações iguais, é incoerente querer que tenhamos um sistema mais justo se isso não começa na educação, ou se desenvolve nela, aceitar que as diferenças sejam potencializadas é massacrante, é ser conivente com uma realidade que afeta a todos, quer indireta ou indiretamente, pois uma sociedade injusta dá margens a violência, em vários sentidos, motivadas por essas discrepâncias sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, RODRIGUES. Referências sobre práticas formativas em educação em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Revista de Educação Profissional**. Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago.2010. p.51.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000, p.80.

CAVALCANTI, José Gilson. **O ser humano como unidade Bio-psico-sócio-espiritual.**

Disponível em: <<http://www.libertas.com.br/libertas/o-ser-humano-como-unidade-bio-psico-socio-espiritual/>> Acesso em: 16 de Abr. de 2015. p.7.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho necessário**, Niterói UFF, n.3, 2005. p.2.

DORE, Rosemary; Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci?. **Caderno CEDES**, Campinas, v.34, n.94, set-dez., 2014. p. 297.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994. p. 23.

FROEBEL, F. W. A. **A educação do homem**. Tradução de: Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo: UPF, 2001. p.24.

MACHADO, L. R. de S. O modelo de competências e a regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, NETE/FAE/UFMG, n. 4, ago./dez., 1998b. p. 84.

MARANGNON, Cristiane. Bernard Charlot: O conflito nasce quando o professor não ensina. **Nova Escola**.ed.195, out., 2006. Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/formacao-continuada/bernard-charlot-conflito-nasce-quando-professor-nao-ensina-609987.shtml>>. Acesso em 03 abr. 2017

NASCIMENTO, Angilene; AMORIM, Simone. Aspectos educacionais relacionados à leitura: da teoria à prática. **Revista Nuances: estudos sobre educação**. Presidente Prudente-SP, v. 27, n. 1, p. 315-328, jan./abr., 2016. p. 317.

RAMOS, Marise. Concepção de Ensino Médio Integrado. in: PORTO, Adriana Maria Nazaré de Souza. ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. TEODORO, Elinilze Guedes. **O Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública**. Belém – Seduc, 2009. p. 2.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. Natal: seduc, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. Campinas: UNICAMP, v.12, n.34, jan./abr.,2007. p. 154.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro método de estudar: cartas sobre retóricas e poéticas**. Lisboa: Proença, 1991. p. 45.